

	<p align="center">TE-SER Social Consultoria e Assessoria de Projetos Ltda. Rua Upamaroti, 1129/121 – Bairro Cristal – Porto Alegre/RS CEP: 90.820-140 CNPJ: 08.798.484/0001-78 Inscrição Municipal: 510.834.26</p>

Análise de Projeto Técnico Social – APT
MUNICÍPIO DE CACEQUI – RS

1. Identificação

Programa: Programa Minha Casa Minha Vida II Para municípios até 50 mil habitantes	Contrato nº:
Ação/Modalidade: Construção de Unidades Habitacionais.	
Empreendimento: Programa Minha Casa Minha Vida em municípios com população até 50 mil habitantes	
Localização/Município: Cacequi	UF: RS
Fonte de recursos: OGU - Orçamento Geral da União. SEHABS – Secretaria de Habitação e Saneamento do Estado do Rio Grande do Sul e Município de Cacequi/RS	Regime de execução do PTTS: Empreitada Global
Proponente/Agente Promotor: Prefeitura Municipal de CACEQUI-RS	

2. Prazos

Obras: Doze meses	PTTS Treze meses
----------------------	---------------------

3. Valores do Empreendimento (R\$)

	OBRAS	PTTS	TOTAL
Repasso/Financiamento -	R\$ 1.000.000,00		R\$ 1.000.000,00
Contrapartida (financeira)	R\$ 120.000,00		R\$ 120.000,00

- Estado			
Contrapartida (bens e serviços) -	R\$ 38.355,00	R\$ 1.645,00	R\$ 40.000,00
Outros -			
TOTAL	R\$ 1.158.355,00	R\$ 1.645,00	1.160.000,00

4. População a ser beneficiada

Nº de famílias 40	Nº de pessoas 160	Nº de mulheres Chefe de Família 11	Nº de famílias em situação de risco 40
Renda média familiar (em Salário Mínimo) Até 2,5 SM	Nº de idosos 08	Nº de pessoas com deficiência 03	

5. Análise da proposta

ANÁLISE DA PROPOSTA	Sim	Em parte	Não	Não se aplica
5.1 Os dados apresentados/identificados permitem a caracterização da área de intervenção e entorno, sob os aspectos: localização geográfica, urbanístico, ambiental, infraestrutura, equipamentos comunitários e formatos associativos?		X		
5.2 A justificativa apresentada está adequada com a modalidade de intervenção e as características da área e da população beneficiária?	X			
5.3 Os objetivos definidos estão adequados às características da população, área e Programa?	X			
5.4 As atividades do trabalho técnico social estão claramente apresentadas em cronograma?		X		
5.5 As atividades estão em consonância os objetivos do projeto?		X		
5.6 As técnicas e instrumentos de intervenção estão adequados aos objetivos estabelecidos?		X		
5.7 O prazo de execução do projeto técnico social está compatível com a complexidade e porte da intervenção social?	X			
5.8 A equipe técnica está adequada para execução do projeto?		X		
5.9 Estão previstos formas e instrumentos para avaliação das atividades?		X		
5.10 Os valores estão compatíveis e adequados às atividades e			X	

prazo previsto?				
5.11 Os valores estão inseridos no cronograma físico-financeiro do empreendimento?		X		
5.12 Foi apresentado Plano de Reassentamento?				X
5.13 Foi apresentado Plano de Regulamento de Mutirão?				X
5.14 Está prevista a realização de avaliação do trabalho técnico social pela comunidade?		X		
5.15 Existem pendências/exigências (especificar no item 8)	X			

6. Origem dos dados e informações utilizadas para a análise:

- Plano de Trabalho
- Carta Consulta/Carta de intenção
- Fotos
- Pesquisa Socioeconômica
- Curriculum vitae do responsável técnico
- Croquis, plantas, etc.
- Quadro de composição de investimento
- Cronograma físico-financeiro
- Ficha Resumo Empreendimento
- Data da Visita: _____
- Volume operacional e/ou de engenharia
- X Outros / Especificar: PTTS

7. Manifestação técnica

Na análise do Projeto de Trabalho Social do Município de Cacequi/RS levamos em consideração os seguintes itens: verificação dos dados na descrição do projeto, dados das famílias, estrutura no entorno das unidades, período de execução do projeto, profissionais envolvidos, recursos que serão disponibilizados, objetivos, metodologia, instrumentos de avaliação, entre outras questões.

Descrição - contempla a construção de 40 unidades habitacionais atendendo 160 pessoas (1,17% da população do município), através da parceria efetivada entre as esferas Federal, Estadual e Municipal. As casas serão construídas em um lote próximo as escolas Estaduais: Antônio Lemos de Araújo (1º e 2º Grau) e Hermes da Fonseca (Ensino fundamental incompleto). Os beneficiários são famílias que ganham até R\$ 1.695,00 (um mil seiscentos e noventa e cinco reais). E se compõem, em média, de quatro pessoas no grupo familiar. Muitos são assalariados, outros aposentados e autônomos.

Cadastramento - obedeceu aos critérios estabelecidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida Sub 50 e Portaria nº 547/2011, do Ministério das Cidades contemplando idosos (20%), mulheres chefes de família, portadores de necessidades especiais e famílias em situação de risco. Não tivemos acesso às fichas de

cadastro, assim nossa análise se baseia apenas nos dados descritos no projeto. Dentre eles a informação de que os beneficiários serão atendidos pelo serviço público local e que para elaborar este projeto foi realizado um processo e troca de informações, entre os agentes públicos e privados, garantindo que as ações estejam de acordo com as necessidades e prioridades destas famílias.

Infraestrutura - não foi possível identificar as especificidades do local onde serão construídas as casas. Somente informações que município possui abastecimento de água pela Corsan, Iluminação Pública realizada pela AESUL e que a coleta de lixo doméstico é terceirizada, realizada por uma Cooperativa de Trabalhadores Autônomos de Cacequi.

Equipamentos públicos e organizações comunitárias - próximo ao local onde serão construídas as habitações existe posto de saúde, escolas pública e o município possui programas como o PSF e o PIM. Também informam que existem entidades comunitárias no município, não especificando se próximo do local onde serão construídas as casas.

Metodologia – as atividades poderiam ser mais detalhadas, apresentando de que forma as ações serão executadas e prevendo os meios para atingir os objetivos do projeto.

Profissionais - consideramos como positivo a formação de uma equipe multidisciplinar constituída por assistente social, psicóloga e presença de um engenheiro civil. Contudo, não temos condições de verificar a experiência dos citados profissionais sem o respectivo currículo. E alertamos que o trabalho deverá ser feito de forma integrada, entre os diferentes profissionais, exercitando o diálogo, a escuta sensível e o vínculo com estas famílias. Conforme a citada Portaria nº 547/2011, item 16.5, o projeto de trabalho social deve ser elaborado e coordenado por profissional com formação compatível e experiência comprovada em ações de desenvolvimento comunitário.

Período de 13 meses – suficiente para cumprir os objetivos do projeto. E se houver necessidade poderá ser ampliado conforme prevê a Portaria nº 547/2011, item 16.2.1: “A execução do trabalho social poderá ser prorrogada, a critério do proponente, como forma de dar continuidade aos processos até então implantados”.

Investimentos - prevê poucos recursos e somente para a elaboração de materiais pedagógicos/comunicação e gastos em hospedagem e alimentação, não permitindo outras ações.

Instrumento de avaliação - é previsto a aplicação de questionários, verificando se os objetivos estão sendo atingidos, além de outros instrumentos de comprovação como lista de presença, relatórios descritivos e fotográficos. Contudo, como não tivemos acesso ao instrumento não foi possível verificar se os dados previstos são suficientes para avaliar as ações do projeto, além do espaço de moradia, que compreende a unidade básica, estrutura pública e serviços no entorno.

Importante constar que na justificativa do projeto descreve a situação dos beneficiários, que vivem em situação de risco, devido as constantes enchentes, principalmente as famílias que habitam nas proximidades do Rio Cacequi, os quais sofrem com os alagamentos e estão buscando melhores condições de moradia.

Por último, após análise do Projeto Social do Município de Cacequi/RS consideramos que o mesmo deverá sofrer algumas alterações para atender o que determina a Portaria nº 547/2011, Programa Nacional de Habitação Urbana, Programa Minha Casa Minha Vida Sub 50, para municípios com população de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes. O regime descrito na parte de apresentação (1) está errado devendo ser alterado para Empreitada Global.

8. Pendências

- Detalhamento do processo de mudança das famílias;
- Apresentar instrumento de avaliação do Trabalho Técnico Social;
- Ampliar os dados sobre caracterização familiar;
- Ampliar os dados sobre infraestrutura e serviços.
- Alterar o regime de produção do PPTS: para empreitada global;

Porto Alegre, 18 de dezembro de 2013.

Alexandre Daniel Noronha
Técnico Social
CRP/07-11374

Cleusa Regina Prates
Coordenadora da TE-SER